
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA – ASSESSORIA TÉCNICA

DECRETO Nº 787 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2003.

Concede Pensão Policial-Militar em favor de RENILDE CAVALCANTE MACHADO, viúva, ALAN ROGERIO CAVALCANTE MACHADO e ANTONIO LOPES MACHADO JUNIOR, filhos menores do falecido Cabo PM ANTONIO LOPES MACHADO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e

Considerando o disposto nos arts. 52, § 2º, incisos I e II e 77, combinados ao art. 79, alíneas "a" e "b", todos da Lei Estadual nº 5251 de 31 de julho de 1985, com a redação dada pela Lei nº 6049 de 11 de junho de 1997, arts. 45, § 10 e 48, inciso II da Constituição Estadual e Decreto nº 5233 de 8 de abril de 2002 e 0128 de 30 de abril de 2003.

Considerando o Parecer nº 680/2003 da Consultoria-Geral do Estado,

DECRETA:

Art.1º - Fica concedida Pensão Policial-Militar mensal no valor de R\$ 841,80 (OITOCENTOS E QUARENTA E UM REAIS E OITENTA CENTAVOS), em favor RENILDE CAVALCANTE MACHADO, viúva, ALAN ROGERIO CAVALCANTE MACHADO e ANTONIO LOPES MACHADO JUNIOR, filhos menores do Cabo PM ANTONIO LOPES MACHADO, falecido em serviço no dia 12 de setembro de 2002, no Município de Bujaru.

Art . 2º - A Pensão Policial-Militar mencionada corresponde ao soldo e demais vantagens da graduação de 3º Sargento PM a que foi promovido "post-mortem", assim discriminados:

Soldo de 3º Sargento PM	R\$ 211,15
Dif. Compl. (M.P. nº 115 de 2 de abril de 2003	R\$ 28,85
R\$ 240,00	
Representação por Graduação - 35%	R\$ 84,00
Gratificação de Risco de Vida - 50%	R\$ 120,00
Habilitação de Policial Militar - 20%	R\$ 48,00
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	R\$ 72,00
Gratificação de Localidade Especial - 30%	R\$ 72,00
Auxílio Moradia - 30%	R\$ 72,00
Indenização de Tropa - 10%	R\$ 24,00
Gratif. Adic. Tempo de Serviço - 10%	R\$ 109,80
Provento Mensal	R\$ 841,80

Parágrafo Único - A Pensão Policial-Militar de que trata este artigo será reajustada na mesma proporção e data dos aumentos concedidos aos policiais militares da ativa.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos financeiros retroagindo a 12 de setembro de 2002.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 16 de dezembro de 2003.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado.

TERESA LUSIA MARTIRES COELHO CATIVO ROSA

Secretária Especial de Estado de Gestão

ANTONIO CARLOS LEAL DE BRITTO

Secretário Executivo de Estado de Administração

DOE Nº 30.105, de 07/01/2004.

TEXTO IDÊNTICO AO PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ

ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA



ESTADO DO PARÁ